

---

# *Mutualismo em Campinas no início do século XX:*

## *possibilidades para o estudo dos trabalhadores*

---

*Paula Christina Bin Nomelini\**

**Resumo:** Este artigo discute a presença do mutualismo na cidade de Campinas no início do século XX. O estudo do mutualismo ainda está restrito às capitais do Brasil, sendo necessário explorar a presença do fenômeno associativo no interior de São Paulo e de outros estados. O mutualismo permite conhecer e articular o cotidiano e os interesses dos trabalhadores com as representações e as visões de mundo desse grupo social.

**Palavras-chave:** classe operária – mutualismo – Campinas

**Abstract:** This article discusses the mutualism's presence in the city of Campinas, in the beginning of twentieth century. The study of mutualism is still restrict to the capital of Brazil. It's necessary to explore the presence of the mutualism in other places. The mutualism is important to investigate and articulated the working class everyday and their interests with the representations and world visions of this social group.

**Keywords:** working class – mutualism – Campinas

### **A DIFÍCIL DEFINIÇÃO DO MUTUALISMO**

O estudo sobre a cultura associativa<sup>1</sup> tornou-se um campo fértil para investigar o mundo dos trabalhadores, suas tradições, seus costumes, suas visões de mundo, os interesses que os unem e os separam, a formação de identidades e do próprio movimento operário. O mutualismo é um dos aspectos dessa cultura associativa, que possibilita analisar a forma como os trabalhadores organizavam-se, o modo como gostariam de ser reconhecidos pela sociedade, a maneira como resignificavam as estratégias políticas e econômicas, buscando, dessa forma, afirmarem-se como agentes históricos<sup>2</sup>.

---

\* Paula Christina Bin Nomelini é mestre em História Social do Trabalho na Universidade Estadual de Campinas. Este artigo é uma versão modificada da sua dissertação de mestrado, *Associações operárias mutualistas e recreativas em Campinas (1906-1930)*, defendida em fevereiro de 2007 na mesma universidade e com financiamento da FAPESP.

<sup>1</sup> BATALHA, Cláudio H. M. *Cultura Associativa no Rio de Janeiro na Primeira República*. Ibidem, (org.) *Culturas de Classe*. Campinas: Unicamp, 2004.

<sup>2</sup> Idem. *Vida associativa: por uma nova abordagem da história institucional nos estudos do movimento operário*. *Anos 90*, nº 8, dezembro 1997; BIONDI, Luigi. *Identidade de classe e identidade nacional entre solidariedade e conflito: socialistas e republicanos italianos na São Paulo do início do século XX e suas relações com as associações patrícias e o nascente sindicalismo*. *Estudos Ibero-Americanos*. Porto Alegre: PUCRS, V. XXVI, nº 1, [s.m.], 2000; Idem. *Entre associações étnicas e de classe. Os processos de organização política e sindical dos trabalhadores italianos na cidade de São Paulo 1890-1920*. Campinas:

A principal dificuldade é estabelecer uma definição para as sociedades mutualistas. Frequentemente, são descritas como “entidades que mediante contribuições mensais asseguravam aos sócios serviços previdenciários como tratamento médico, auxílio a doentes, inválidos, velhos e viúvas”<sup>3</sup>. Além disso, apresentam outros benefícios, tais como, festas, jogos, bailes, bibliotecas e palestras. As sociedades de socorros mútuos não são apenas sociedades operárias, podendo ser organizadas pela Igreja, por empresas, por bairros, por etnia ou por critérios mais amplos, impondo restrições de ordem política, moral e religiosa para o ingresso.

Assim, uma das principais problemáticas no estudo do mutualismo é identificar os motivos que fazem os operários criarem e administrarem suas próprias associações, as estratégias de sobrevivência das organizações e as consequências para a formação da cultura e da identidade operárias. Ainda é possível explorar a relação das

---

Unicamp/IFCH, (Tese, doutorado em História), 2002; CADERNOS AEL *Sociedades operárias e mutualismo*. Campinas: IFCH/Unicamp, nºs 10/11, V 6, 1999; CEDEÑO, Reynaldo Sordo. Las sociedades de socorros mutuos. 1867-1880. *Historia Mexicana*. [s.c.]: [s.e.], V. 1, nº. 33, [s.m.], 1983; CORDERY, Simon. Mutualism, friendly societies, and the genesis of railway trade unions. *Labour History Review*. [s.c.]: [s.e.], V. 67, nº. 3 december 2002; DE LUCA, Tânia. *O sonho do futuro assegurado*. São Paulo: Contexto, 1990; DEVOTO, Fernando. FERNANDEZ, Alejandro. Mutualismo étnico, liderazgo y participación política. Algunas hipótesis de trabajo. In ARMUS, Diego (org.) *Mundo urbano y Cultura Popular*. Buenos Aires: Sudamerica, 1990; ESPINOSA, Felipe Ávila. La sociedad mutualista y moralizadora de obreros Del Distrito Federal (1909-1911). *Historia Mexicana*. [s.c.]: [s.e.], V. 1, nº. 43, [s.m.], 1993; FERNANDEZ, Alejandro E. El mutualismo español en un barrio de Buenos Aires: San José de Flores 1890-1900. *Estudios migratorios latinoamericanos*. Buenos Aires: [s.e.], nº 13, [s.m.], 1989. GARCÍA-BRYCE, Iñigo. Politics by peaceful means: artisan mutual aid societies in mid-nineteenth-century Lima, 1860-1879. *The Americas*. [s.c.]: [s.e.], V. 3, nº. 59 [s.m.], 2003; GUTIERREZ, Leandro H. ROMERO, Luis A. Sociedades barriales, bibliotecas populares y cultura de los sectores populares: Buenos Aires, 1920-1945. *Desarrollo Económico*. [s.c.]: [s.e.], V. 29, nº. 113, bril/junio, 1989; LONER, Beatriz Ana. *Construção de Classe. Operários de Pelotas e Rio Grande (1888-1930)*. Pelotas: Universitária, 2001; MUNCK, Ronaldo. Mutual benefit Societies in Argentina: workers, nationality, social security and trade unionism. *Journal of Latin American Studies*. [s.c.]: [s.e.], V. 30, part 3, october, 1998; NOMELIN, Paula C. B. Um estudo sobre associações operárias mutualistas e recreativas em Campinas (1906-1930). *Revista de História Social da Unicamp*. Dossiê Mundos do Trabalho. Campinas: UNICAMP, nºs. 14/15 [s.m.], 2008, pp. 83-100; RALLE, Michel. La función de la protección mutualista en la construcción de la identidad obrera 1870-1910. In: CASTILLO, Santiago (org). *Solidariedad desde abajo: trabajadores y socorros mutuos en la España contemporánea*. Madrid: UGR, 1994; SILVA JUNIOR, Adhemar L. da. Condicionantes locais no estudo do socorro mútuo. Rio Grande do Sul. 1854-1889. *Lócus Revista de História*. Juiz de Fora: [s.e.], V 5, nº. 2, [s.m.], 1999; SILVA Idem. Etnia e classe no mutualismo do Rio Grande do Sul. 1854-4889. *Estudos Ibero-Americanos*. Porto Alegre: PUCRS, V. XXV, nº. 2, dezembro, 1999; Idem. Primeiros apontamentos sobre grupos religiosos e sociedades de socorros mútuos. *História Unisinos*. Revista do Programa de Pós-graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos. V. 6, nº. 6, jul/dez, 2002; Idem. *As sociedades de socorros mútuos: estratégias privadas e públicas. Estudo centrado no Rio Grande do Sul. 1854-1940*. Porto Alegre: PUCRS, (Tese, doutorado em História), 2004; SILVA, Maria Conceição B C. *Sociedade Montepio dos Artistas na Bahia. Elo dos trabalhadores em Salvador*. Salvador: EGBA, 1998; SIQUEIRA, Uassyr. *Clubes e sociedades dos trabalhadores do Bom Retiro. Organizações, lutas e lazer em um bairro paulistano 1915-1924*. Campinas: Unicamp/IFCH, (Dissertação, mestrado em História), 2002. e VISCARDI, Claudia M. R. *As experiências mutualistas de Minas Gerias: um ensaio interpretativo*. Mimeo.

<sup>3</sup> DE LUCA, Tânia Regina. *O sonho...* op. cit., p. 7.

associações organizadas e administradas por trabalhadores, com aquelas de outras origens, investigando a relação dos trabalhadores com outros grupos da sociedade.

Adhemar da Silva Junior<sup>4</sup> aponta problemas para uma definição genérica do mutualismo, pois poderia ser aplicada a associações criadas em diferentes períodos históricos, além de relacioná-lo a várias temáticas de estudo. Para o autor, o principal erro é interpretar a assistência privada (ou seja, os socorros) realizada pelas sociedades de socorros mútuos como promoção de interesses coletivos, destacando apenas o potencial das associações para constituir grupos. O ponto de partida para o estudo de sociedades de socorros mútuos, segundo Silva, não é a construção de identidades na implementação de estratégias públicas, mas a motivação do indivíduo por interesses privados de securitização contra fatores de risco no trabalho. Para definir a associação mutualista, Silva tipifica a solidariedade como reciprocidade – quando se trata dos auxílios materiais – e como lealdade – em relação aos auxílios espirituais –, interpretando a atuação das mutuais de acordo com estratégias de sobrevivência dentro do mercado previdenciário<sup>5</sup>.

Devido ao grande número de associações mutualistas existentes em Campinas, é difícil afirmar que, para grande parte dos trabalhadores associados, o ingresso em uma associação mutualista ocorria exclusivamente, em função de sua capacidade para concretizar os benefícios propostos. Também é duvidoso afirmar que os trabalhadores escolhiam as associações mutualistas de acordo com “interesses privados de securitização”, diminuindo a importância que as identidades mobilizadas por cada associação tinham no processo de inserção do associado.

Em Campinas, as associações criadas pela Igreja católica evidenciam a presença dessa instituição nas relações trabalhistas, propondo soluções para algumas demandas dos trabalhadores. As associações mutualistas criadas pela Igreja católica publicavam anúncios para ampliação do quadro de associados, explicitando uma postura conciliadora nas relações trabalhistas. É importante destacar que essas associações eram numericamente pequenas, diante do quadro geral de associações localizadas na

---

<sup>4</sup> SILVA JUNIOR, Adhemar L. da. Condicionantes locais... op. cit.; Idem. Etnia e... op. cit.; Idem. Primeiros apontamentos... op. cit.; Idem. *As sociedades...* op. cit.

<sup>5</sup> Claudia Viscardi também utiliza categorias antropológicas, tais como reciprocidade, para compreender as razões pelas quais os indivíduos associavam-se. Segundo a autora, a reciprocidade concilia os interesses individuais com a solidariedade coletiva, que se mantém através da reputação e confiança mútua. Viscardi entende que as sociedades mutualistas em Minas Gerais, dentro de uma cultura cívica, permitiram reforçar laços de solidariedade horizontal, quebrados com ruptura sobre o paternalismo e com a introdução de valores modernos, além de ser uma nova estratégia de sobrevivência que resgata valores antigos compartilhados, sendo uma forma de resistência a nova ordem. VISCARDI, Claudia M. R. *As experiências...* op. cit.

cidade de Campinas<sup>6</sup>, e tinham dificuldades para se manterem ativas. Uma das possíveis explicações para essa constatação é a presença, entre os trabalhadores de Campinas, de uma noção política de República que defendia a sociedade laica, como demonstra uma carta enviada ao Congresso Legislativo de São Paulo em dezembro de 1907. Nela, alfaiates, comerciantes, advogados, industriais, artistas, professores, sapateiros, marceneiros, funileiros, relojoeiros e pedreiros reivindicavam que fosse negado um auxílio de 72:256:710 réis para a implantação do bispado da Igreja católica, em Campinas, citando várias leis que comprovavam a ilegalidade desse ato. O documento argumentava que, após a “revolução de 15 de novembro de 1889”, o Estado separou-se da Igreja, portanto, não poderia subvencionar nenhuma religião.

O número de associações mutualistas criadas por empresas também era pequeno. No jornal *A Cidade*, de 13 de janeiro de 1910, há uma reportagem destacando as principais características da Sociedade de Previdência, anexa à Sociedade Beneficente Dr Salles de Oliveira (criada pela Companhia Mogiana), colocando-a como mais vantajosa que as associações mutualistas existentes na cidade. Na reportagem, a diretoria da Sociedade de Previdência afirmava que não cobrava joias, não estabelecia pagamentos adiantados, oferecia valores maiores em caso de falecimento, oferecia os serviços médicos da Associação Beneficente Salles de Oliveira e garantia a permanência do associado, mesmo quando demitido da Companhia Mogiana. Portanto, seria uma grande incoerência o fato de os trabalhadores da Companhia Mogiana não aderirem ao quadro de associados da Sociedade de Previdência. “Meditem os empregados da Cia Mogiana o que singelamente temos exposto e assegurem a tranquilidade futura dos seus, inscrevendo-se como associados da Previdência, a mais vantajosa associação do gênero que existe”<sup>7</sup>.

Essa reportagem demonstra como as associações criadas e administradas pelas empresas eram rejeitadas pela maior parte dos trabalhadores. A estratégia das associações criadas pelas empresas era afirmar que os associados teriam maior credibilidade e mais vantagens nesse tipo de organização, procurando diferenciar-se das outras associações mutualistas por meio do termo “previdência”. Entretanto, é evidente que apenas os auxílios oferecidos por essas associações ou sua estabilidade financeira não garantiriam um vasto quadro de associados.

A análise dos anúncios e das reportagens publicadas, na imprensa campineira do início do século XX, e das atas das sessões de diretorias das associações mutualistas evidencia que as associações mutualistas diferenciavam-se entre si ao adotarem os

---

<sup>6</sup> Anexadas as tabelas com associações mutualistas localizadas na cidade de Campinas em funcionamento nas primeiras décadas do período republicano.

<sup>7</sup> Jornal *A Cidade de Campinas*, 13 de janeiro de 1910, Arquivo Edgar Leuenroth (Campinas).

termos “previdência”, “beneficentes” ou “humanitárias”. Os auxílios prestados por associações criadas e administradas por empresas ou pela Igreja eram caracterizados pelo termo “previdência”, indicando que teriam um valor superior àquele pago pelas associações fundadas e administradas por trabalhadores ou por grupos autônomos da sociedade. As empresas e a Igreja buscavam associar sua imagem às suas associações, ressaltando, assim, a ideia de maior estabilidade financeira de suas organizações, evitando divulgar intenções de controle ou de submissão dos associados a determinados comportamentos e práticas.

Nas organizações mutualistas fundadas e administradas por trabalhadores, mobilizando as identidades operária, negra ou nacionalistas, era comum a utilização dos termos “humanitárias” e “beneficentes”. Na maioria dos casos analisados, as sociedades que eram classificadas como humanitárias que prestavam auxílio financeiro aos associados, ao passo que as beneficentes poderiam prestar o auxílio financeiro, mas tinham como principal objetivo oferecer serviços médicos, farmacêuticos ou hospitalares.

Uma passagem da assembleia geral da Liga Humanitária dos Homens de Cor, de 16 de dezembro de 1923, evidencia a possibilidade de que essa diferenciação existisse na sociedade campineira do início do século XX. O sócio José Rodrigues Pinheiro apresentou ao presidente da Liga um projeto de criação de uma sociedade beneficente, que ofereceria serviços médicos e farmacêuticos, podendo ser anexada ou não à Liga, e permitiria a associação de mulheres, que não tinham o direito de serem sócias na Liga Humanitária dos Homens de Cor. Na assembleia geral de 1924, José Pinheiro retoma o assunto, mas a diretoria decide que não se empenharia na criação da sociedade beneficente. Em 1925, o projeto é, novamente citado, com o parecer negativo à criação da sociedade beneficente, uma vez que “apesar dos esforços empregados ainda esse ano como não fora possível a sua realização, para isso apresentava documento colhido em sociedades congêneres e o maior vulto onde se viram constrangidos, pela crise, a modificar o seu *modus vivendi*.”<sup>8</sup>

A Liga Humanitária dos Homens de Cor e a Sociedade Humanitária Operária apenas ofereciam aos associados o pagamento de valores diários, de acordo com a enfermidade e o tempo de afastamento do trabalho. A Sociedade Portuguesa de Socorros Mútuos e a Sociedade Espanhola de Socorros Mútuos e Instrução ofereciam consultas com o médico vinculado à associação e descontos em farmácias. A associação portuguesa chegou a construir um hospital.

---

<sup>8</sup> Livro de Atas da Liga Humanitária dos Homens de cor, Arquivo Histórico da Liga Humanitária dos Homens de Cor (Campinas).

Para as associações mutualistas fundadas e administradas por operários, oferecer atendimento médico, descontos em farmácias e internações hospitalares significaria que sua atuação estava voltada para uma demanda na área da saúde, existente em qualquer classe social. Em contrapartida, ao delimitarem seus benefícios ao pagamento de auxílios, essas associações evidenciavam que consideravam injusta uma sociedade na qual a doença, a invalidez ou a morte geravam a miséria e a falta de sustento para os trabalhadores e suas famílias.

Quando a finalidade dessas associações mutualistas era considerada “humanitária”, o grupo de trabalhadores que as fundavam tinha a intenção de associar as inseguranças do trabalho assalariado (doenças, acidentes e morte) à sua condição de trabalhador dentro da sociedade campineira. Quando as associações reafirmavam sua característica “beneficente”, o grupo fundador desejava ressaltar que oferecia as possibilidades para que trabalhadores, pequenos comerciantes, donos de oficinas e outros grupos pudessem ter acesso a tratamentos na área da saúde. Por isso, a maior parte das associações “humanitárias” mobilizavam a identidade operária ou negra e as associações “benéficas”, em grande parte, mobilizavam as identidades nacionais (italiana, portuguesa ou espanhola).

Há inclusive uma distinção de gênero nessa questão. As mulheres não ganhavam o suficiente para ingressar nas associações mutualistas “humanitárias”, porém, eram aceitas no quadro de associados das organizações “benéficas”. Essa ausência pode ser justificada pelo fato de as mulheres receberem menos de 4\$000 réis diários, mas, também pode significar uma concepção de mundo na qual caberia aos homens a preocupação com a sobrevivência futura da família. Em várias reportagens sobre o mutualismo e nas próprias atas das associações operárias mutualistas, as mulheres sempre eram citadas como vítimas da viuvez, que as levaria para a miséria e a degradação moral.

Nas associações “humanitárias”, o registro da participação das mulheres ocorria em função do agradecimento, seja pela recepção oferecida aos diretores durante as sessões, seja pelo fato de terem consertado o pavilhão social da organização, ou pela prestação de serviços desse tipo. A outra forma diz respeito à comprovação, em ata, de que o auxílio funeral foi pago e um ofício com pêsames foi enviado.

Nas associações “benéficas”, no entanto, as mulheres apareciam no quadro de associados como comprova o relatório presidencial de 1934 da Sociedade Espanhola de Socorros Mútuos e Instrução. A Sociedade Artística Benéfica publicou, no jornal *A Cidade de Campinas*, de 07 de março de 1906, que havia

socorrido 25 sócios durante o mês de fevereiro, oferecido 145 fórmulas na farmácia e pagado as despesas do enterro da sócia dona Belisaria de Almeida.

Essa observação é importante para compreender a forma como os trabalhadores campineiros inseriam-se nas relações de gênero durante as primeiras décadas do século XX. Em associações que ofereciam atendimento hospitalar, médico e farmacêutico, as mulheres poderiam ingressar, porém como “tuteladas” pelos homens. Nas associações mutualistas que ofereciam auxílios financeiros, a mulher era caracterizada como uma das principais beneficiárias, que obtinha esse direito apenas por meio da participação masculina. Portanto, nas associações mutualistas a participação feminina era sempre intermediada pela atuação masculina.

De acordo com a experiência associativa dos trabalhadores em Campinas, é possível afirmar que a definição do mutualismo envolvia dois tipos de posicionamento em relação à finalidade e três tipos relativos ao recrutamento. Existiam as associações que ofereciam auxílio financeiro em caso de morte ou de doenças (“humanitárias”) e aquelas que ofereciam direito a medicamentos, atendimento médico e leito hospitalar (“beneficentes”). No recrutamento, havia aquelas que restringiam a grupos conhecidos pela diretoria e com bom comportamento social de acordo com a colocação profissional (organizadas por trabalhadores), critério étnico (organizadas pela população negra), e aquelas que utilizavam as identidades nacionalistas (organizadas por italianos, portugueses, espanhóis), abrangendo diferentes grupos sociais.

O aspecto comum a todas essas organizações mutualistas é o fato de atuarem em setores nos quais o poder público não existia: sistema de saúde e previdência social. No caso da oferta de hospitais, do acesso a medicamentos ou do atendimento médico, as principais associações mutualistas que surgiram mobilizavam os critérios nacionalistas (Circolo Italiani Uniti, Sociedade Portuguesa de Socorros Mútuos). No que diz respeito à previdência social, um tema relacionado diretamente ao mundo do trabalho, a falta de direitos que garantissem a remuneração do operário quando doente ou acidentado e a escassez de recursos para financiar o enterro e o sustento da família, as principais organizações mobilizavam a identidade operária (Sociedade Humanitária Operária) ou negra (Liga Humanitária dos Homens de Cor).

Esses dados evidenciam que, em Campinas, nas primeiras décadas do século XX, os trabalhadores reconheciam a diferença entre a insegurança proporcionada pelo fato de serem trabalhadores<sup>9</sup> (setor previdenciário) e a insegurança vivenciada em função da ausência do Estado para garantir os direitos dos cidadãos (sistema de

---

<sup>9</sup> SAVAGE, Mike. Classe e história do trabalho. In: BATALHA, Claudio H. M. et al (org.) *Culturas de...* op. cit.

saúde). Ao mesmo tempo, as associações consideradas pelos trabalhadores como mutualistas revelam as limitações existentes na construção da identidade operária: as origens étnica e nacional dos trabalhadores e as diferenças na qualificação e na atuação profissional (por exemplo, as diferenças entre funcionários públicos, empregados no comércio e fundidores das companhias férreas).

O quadro de associados da Sociedade Humanitária Operária apresentava vários sócios em comum com a Liga Humanitária dos Homens de Cor. Uma porcentagem significativa dos associados à Liga Humanitária (30%) era de brasileiros brancos, imigrantes italianos, portugueses e espanhóis. O fato de vários trabalhadores da mesma categoria (pedreiros, ferroviários, alfaiates, marceneiros, carpinteiros e operários) integrarem as duas associações mutualistas “humanitárias” significa que uma parcela expressiva da mão-de-obra assalariada, na cidade de Campinas, no início do século XX, era composta por negros.

Os trabalhadores negros ingressavam em associações por meio da identidade operária e também se organizavam em sociedades que promoviam “o engrandecimento da raça” e que ofereciam palestras, bibliotecas, escolas e parceria com políticos para superar a exclusão racial sofrida por essa parcela da população<sup>10</sup>. Este fato fazia com que os trabalhadores associassem as inseguranças vivenciadas não apenas à condição de serem operários, mas também ao fato de serem negros<sup>11</sup>.

Uma hipótese para explicar a presença de imigrantes, na Liga Humanitária, é a de que as famílias imigrantes com remunerações baixas vivenciavam experiências (local de trabalho, de lazer, moradia) semelhantes aos trabalhadores negros. Tal ideia é reforçada pelo fato de que as associações italianas, portuguesas ou espanholas apresentarem associados de diversas funções, sócios beneméritos ou benfeitores que representavam a elite ou o poder público, estando mais preocupadas em solucionar um problema resultante da cidadania excludente, em Campinas, ou ainda, resultante de um projeto de Estado republicano liberal, que deixava espaços para atuação do setor privado e das organizações civis. Nessas associações com identidade nacionalista,

---

<sup>10</sup> A Sociedade Beneficente Isabel, a redentora, pretendia homenagear a figura monárquica, considerada responsável pela libertação dos escravos. A Liga Humanitária dos Homens de Cor, a Sociedade Dançante Familiar União da Juventude, a Federação Paulista dos Homens de Cor e o Colégio São Benedito lutavam para oferecer auxílios, espaços de lazer, educação e conscientização da população negra, construindo uma imagem positiva e socialmente aceita. O jornal *O Getulino* foi um dos principais meios de comunicação dessas associações com a sociedade campineira, e um dos maiores divulgadores da luta pela igualdade e valorização do negro na sociedade campineira.

<sup>11</sup> Em Campinas, *O Getulino* denunciava que, durante o período da Primeira República, algumas empresas apenas contratavam trabalhadores brancos, alguns estabelecimentos ou locais públicos eram proibidos para a população negra.

difícilmente, o imigrante pobre encontraria os auxílios à doença ou à invalidez, como encontrava em associações operárias e negras.

Não era suficiente que os acidentes de trabalho fossem indenizados ou que, após determinado período de trabalho, os trabalhadores recebessem aposentadorias. O ideal, para esses trabalhadores campineiros durante a Primeira República, seria garantir a superação da insegurança vivenciada, pois não tinham certeza de que sobreviveriam dignamente caso parassem de trabalhar em função de problemas de saúde, causados dentro ou fora do ambiente de trabalho. Essa insegurança também era vivenciada por pequenos proprietários de barbearias, botequins, charutarias, que dependiam do seu trabalho diário nos estabelecimentos para garantir sua sobrevivência, pois empregavam poucos ou não tinham empregados. Isso pode explicar a atuação de José Rodrigues Pinheiro, dono de uma barbearia, em diferentes associações operárias mutualistas e recreativas, além da participação de Ângelo Soave, proprietário de um botequim, na Sociedade Humanitária Operária e no movimento grevista de 1917.

A condição que diferenciava os trabalhadores de outros grupos sociais era a insegurança estrutural vivenciada por todos aqueles que dependiam da sua presença constante no ambiente de trabalho para garantir uma remuneração. Entretanto, o saber adquirido em cada função, a relação mais próxima ou distante com o empregador, o grau da rigidez da fiscalização sobre o trabalho, o tamanho do local onde trabalhava, a carga horária, o bairro onde morava, o grau de instrução, o lazer que praticava, a cultura compartilhada, as relações sociais que estabelecia na vizinhança e dentro do local de trabalho influenciaram no modo como os trabalhadores construíam as identidades e as mobilizavam para solucionar seus problemas.

Por isso, não são todas as categorias profissionais que se reconheciam como iguais, mesmo vivenciando o mesmo tipo de insegurança. Os empregados no comércio tinham uma pequena participação nas associações operárias analisadas, indicando que poderiam diferenciar-se dos outros trabalhadores por possuírem outro tipo de formação, que seria considerada mais qualificada, criando uma associação mutualista para a categoria.

Os trabalhadores empregados pelo poder público, quase ausentes no quadro de associados das organizações operárias mutualistas, tinham alguns benefícios garantidos, como caixas de aposentadoria e pensão, anteriores a outras categorias<sup>12</sup>,

---

<sup>12</sup> No jornal *A Cidade de Campinas*, de 17/09/1909, foi noticiado a criação de uma Caixa Beneficente dos Funcionários Públicos, um projeto de lei feito pelo deputado Fontes Junior, remodelado de acordo com o mecanismo das sociedades mutualistas. “O projeto em questão foi expurgado de todos os

além da possibilidade de pleitear, mais facilmente, outros benefícios diretamente com o empregador.

Os trabalhadores de fábricas e de indústrias, os pedreiros, os barbeiros e os donos de botequins eram as categorias mais comuns nas associações operárias pesquisadas, empregados em fábricas de pequeno ou grande porte, integrantes de partes do processo de produção e de manutenção do estabelecimento, com carga horária de trabalho extensa, sofrendo vários riscos de acidentes e sob fiscalização rígida. Porém, mesmo entre esses trabalhadores, existiam diferenças em relação ao grau de qualificação e de instrução, indicando uma certa hierarquização, que é verificada nas associações operárias mutualistas, que restringiam a entrada a associados que obtinham uma remuneração mínima diária (4\$000 diários) e utilizavam o critério da alfabetização para preenchimento dos cargos de diretoria.

Por fim, os empregados nos escritórios de administração das fábricas e das indústrias, tais como os contadores, os escriturários, tinham melhor regulamentação da jornada de trabalho e mais possibilidades de obter benefícios. Esses trabalhadores não participavam das associações operárias analisadas, sendo que sua presença era constante na administração das organizações mutualistas criadas pelas empresas, procurando demonstrar um posicionamento superior e privilegiado em relação a outras funções.

Uma definição para as associações mutualistas que apresente sua historicidade parece ser difícil. Para compreender esse fenômeno associativo, é necessário buscar os significados atribuídos pelos associados e pela sociedade em cada local e período<sup>13</sup>. Uma ideia plausível é admitir que as sociedades mutualistas não podem ser definidas levando em consideração apenas suas finalidades ou os critérios de recrutamento dos associados. Contudo, é essencial investigar o modo como os trabalhadores e a sociedade compreendiam o significado das funções desempenhadas por essas organizações e como isso poderia relacionar-se com os critérios de recrutamento e o quadro de associados.

A existência de outros serviços oferecidos por associações mutualistas (“humanitárias” ou “beneficentes”), tais como, empréstimos, bibliotecas, cômodos para moradia ou para festas e palestras, na sede das organizações, permitiu, no

---

inconvenientes, que representava primitivamente, está em condições de prestar a toda a classe numerosíssima dos servidores do Estado, os mais relevantes serviços”. No ano de 1925, o poder público municipal criou uma Caixa Beneficente dos Empregados Municipais, de acordo com o modelo das CAP’s.

<sup>13</sup> É necessário desenvolver mais estudos sobre associações mutualistas em cidades do interior de São Paulo e outros estados, em diferentes períodos da história brasileira, para que hipóteses e interpretações sobre o mutualismo ganhem maior visibilidade. O uso das atas produzidas por essas associações e as informações que circulavam na imprensa são fundamentais para compreender os significados e as relações entre as associações, os trabalhadores e a sociedade em geral.

entanto, que as sociedades transformassem-se em um espaço de relacionamento entre os associados, de discussão de temas relevantes para o grupo, da exibição de um comportamento considerado ideal e da elaboração de rituais que representassem os associados, dignificando sua figura perante o restante da sociedade. Esse aspecto do mutualismo em Campinas, nas primeiras décadas do século XX, permitiu que as associações, mesmo com a gradual presença do poder público, nos setores da previdência social e da saúde pública, permanecessem atuantes, porém com grupo reduzido de associados e oferecendo serviços relacionados ao lazer ou ao auxílio ao funeral<sup>14</sup>.

### ***PROBLEMATIZANDO O COTIDIANO DAS ASSOCIAÇÕES MUTUALISTAS***

As associações operárias mutualistas, em Campinas, apresentavam uma organização e rituais administrativos semelhantes. A fundação das associações ocorria com a união de um determinado grupo de trabalhadores, registrada em ata, para nomear a diretoria provisória e para escolher o nome, as cores, as finalidades da organização e o grupo responsável por elaborar os estatutos.

As diferentes associações mutualistas operárias elegiam suas diretorias, em assembleia geral, com a convocação dos associados através de anúncios, nos jornais de Campinas, por voto secreto, com mandato anual. Nessas assembleias, a abertura era feita pelo presidente em exercício, que explicava o motivo da convocação e pedia à assembleia que nomeasse um presidente para comandar os trabalhos. Esse, ao tomar o seu lugar, indicava dois nomes para serem os secretários, que deviam organizar a eleição e fazer o registro em ata. Em seguida, havia as leituras e as discussões do relatório presidencial, do balancete do tesoureiro e do parecer da comissão de contas (também eleita por sócios). Após a aprovação, os trabalhos eram suspensos para que os sócios pegassem suas cédulas. Reaberta a sessão, o presidente da mesa indicava dois nomes para serem os escrutinadores, que, através do livro de presença, faziam a

---

<sup>14</sup> Provavelmente, a partir da década de 1960, as associações mutualistas começaram a enfrentar dificuldades para se manterem ativas, como retrata o artigo publicado no *Diário do Povo*, de 02 de outubro de 1968. “Mas agora, em face das contingências da época em que vivemos, das grandes conquistas dos trabalhadores no campo da previdência social do seguro saúde, chegou a ocasião das humanitárias estudarem a reformulação de seus objetivos, ampliando a área de seus benefícios e traçando uma diretriz baseada na união de todas elas, sem nenhum cunho de rivalidade e sem que haja interferência na vida interna de cada uma delas. [...] E assim, uma nova era, promissora surge para as heróicas Sociedades Humanitárias de Campinas [...] O que é mais admirável é que essas sociedades humanitárias, fundadas por pessoas modestas, sem recursos financeiros, com uma renda pequena resultante das mensalidades dos associados, conseguiram através de anos e anos, formar patrimônio respeitável, com suas sedes próprias e dinheiro em Banco, sem prejuízo de suas finalidades.”

chamada para que os sócios depositassem as cédulas. Depois, realizavam a apuração. O resultado era registrado em ata com os nomes dos eleitos e dos outros votados.

O presidente nomeava as comissões para a reforma de estatutos, de sindicância e outros tipos, sendo, predominantemente, provisórias e sofrendo modificações na sua atuação diante as situações vivenciadas pelas sociedades. Aliás, é notável que algumas convenções adotadas para a administração fossem extintas ou sistematizadas ao longo do tempo, de acordo com os objetivos de cada diretoria e o contexto em que estavam inseridas. Outro aspecto que essa prática administrativa evidencia é a burocratização das relações entre associados e associações, que regulamentavam desde a inserção dos trabalhadores na organização até o acesso aos benefícios.

De maneira geral, os cargos que compunham as diretorias eram: presidente, vice-presidente, 1º secretário, 2º secretário, tesoureiro, procurador, quatro vogais e três membros da comissão de contas. Ao 1º secretário cabia lavrar as atas das sessões da diretoria, comunicar as decisões da associação aos sócios, fazer os anúncios nos jornais, cuidar do expediente da secretaria. O procurador era quem recebia as mensalidades dos sócios, sendo o único cargo remunerado (durante a maior parte do tempo, com 5% do que arrecadava). Os vogais deveriam visitar os doentes e fiscalizar a veracidade dos pedidos de auxílio. A cada três meses, a comissão de contas deveria verificar o movimento da tesouraria, analisando todos os papéis existentes e comunicando o seu parecer nas sessões da diretoria e nas assembleias gerais para eleição. O tesoureiro tinha em seu poder uma quantia estipulada pela diretoria, que depois era fixada no estatuto, para que pudesse efetuar o pagamento dos auxílios, deixando o restante a cargo do presidente. Este era quem respondia pelas iniciativas de investimentos financeiros, nomeava as comissões provisórias e se responsabilizava pela manutenção da ordem e da harmonia entre os associados e os membros da diretoria. Caso algum eleito renunciasse ao cargo, deveria apresentar uma justificativa e, sendo esta aceita, seria substituído pelo seu imediato em votos (por essa razão, havia a necessidade de registrarem todos os nomes votados).

Desde a fundação, havia a preocupação, por parte dos associados, de elaborarem os estatutos que regeriam as sociedades. O presidente nomeava uma comissão para a formação ou para a reforma dos estatutos, que apresentava seus resultados, em assembleias gerais extraordinárias (ou seja, convocadas somente com esse objetivo), onde ocorria a leitura, discussão e aprovação dos mesmos. Ao analisar mais detalhadamente o funcionamento das associações, percebe-se que a criação ou a reelaboração dos estatutos gerou muitos conflitos e instabilidades, sendo que a sua elaboração era, muitas vezes, pautada na experiência prática da administração.

Além disso, os estatutos tinham uma função vital para as associações, pois apresentavam as regras que orientavam as relações entre a diretoria e os associados, a forma como os benefícios seriam prestados e o modo como a associação e seu fundo seriam administrados. Apesar de seguirem uma estrutura textual semelhante, os estatutos estavam presentes na vida administrativa dessas associações operárias mutualistas como referências legais para garantir a concretização dos interesses coletivos.

Os discursos elaborados pelas diretorias, nas assembleias gerais e nas sessões de diretoria, os diplomas adquiridos pelos associados e o estandarte que representava a associação, em eventos sociais, eram mecanismos que diferenciavam as associações entre si e promoviam uma identificação dos associados com o grupo ao qual pertenciam.

Em Campinas, durante as três primeiras décadas do século XX, o funcionamento dessas associações mutualistas também indicava a possibilidade de uma vivência coletiva pautada em ideais democráticos, visíveis, principalmente, nas assembleias gerais e no uso dos estatutos. Entretanto, a participação dos sócios, nas assembleias gerais, era, numericamente, pouco expressiva, quando comparada ao quadro geral de associados. Na assembleia geral da Liga Humanitária dos Homens de Cor, de 10 de dezembro de 1922, o sócio fundador Paulo Estevam dos Santos “esclarece que desde que fundou essa Liga sempre deixou de votar, que prestava sua confiança aos diretores em exercício”<sup>15</sup>. Esses indícios revelam que a prática democrática do voto, proporcionada pelas associações mutualistas, ainda era restrita a um pequeno grupo de trabalhadores associados em Campinas. Provavelmente, um dos objetivos simbólicos mais procurados pelos associados, nas organizações mutualistas, era a valorização social do trabalhador como cidadão.

No transcorrer do século XIX, a alfabetização da população não era uma preocupação dos poderes públicos e a imigração marcava o território brasileiro com o uso de diferentes línguas, que interagiam na tentativa de se estabelecer uma comunicação. Com a proclamação da República e o espaço que a imprensa ganhava na sociedade, a escrita ganhou ainda mais *status*, ampliando a importância social da pessoa que a dominasse. A alfabetização era um pré-requisito político (necessário para obter o direito ao voto) e de prestígio social.

A elaboração das atas, por essas associações operárias mutualistas, indicava a inserção dos trabalhadores nesse mundo letrado, a possibilidade da construção de uma imagem socialmente positiva do grupo de trabalhadores, que se reuniam sob

---

<sup>15</sup> Livro de Atas da Liga Humanitária dos Homens de Cor, doc. cit.

diferentes identidades, para assegurar melhorias em suas vidas. A criação, por grande parte dessas associações, de escolas voltadas para os associados e seus filhos, ou mesmo o apoio a escolas de iniciativa particular que atendiam a população mais pobre evidenciam a importância que a alfabetização adquiria para os trabalhadores campineiros nesse período<sup>16</sup>. Houve vários requerimentos enviados à prefeitura, elaborados em bairros operários que se expandiam, como a Vila Industrial e o Bonfim, pedindo a instalação de escolas<sup>17</sup>. Muitas associações, principalmente, as recreativas, ofereciam bibliotecas aos associados, com livros e jornais, permitindo acesso à informação escrita.

Portanto, o fato de as associações operárias seguirem um ritual administrativo, registrando de maneira escrita e ordenada o modo como as diretorias conduziam-nas evidencia um aspecto importante sobre os trabalhadores campineiros no começo do século XX: o papel da alfabetização para a diferenciação social e política<sup>18</sup>.

A necessidade de deixar “lançado em ata” o voto de pesar era uma forma de homenagear a memória da pessoa falecida. Essa homenagem era acompanhada pelas coroas de flores, pela representação no enterro, pelo envio de um ofício para a família, pelas palavras que indicam características próprias do associado falecido. Tal prática também é observada em algumas colunas de jornais que circulavam, em Campinas, porém, somente figuras políticas ou com grande poder econômico tinham seus falecimentos registrados.

No caso dos trabalhadores, um enterro era, em grande parte, proporcionado com o auxílio concedido pelas associações mutualistas. O reconhecimento social, demonstrando o modo como o trabalhador havia se inserido na sociedade, era prestado pelas associações mutualistas através do registro em ata e da representação das diretorias, com o estandarte, nos enterros. Nesse caso, o trabalhador se diferenciava de um indigente, de um comerciante e de um político, pois possuía suas próprias estratégias para caracterizar o seu modo de vida, ou ainda, o modo como se

---

<sup>16</sup> Através da leitura das fontes, foi possível localizar algumas associações que mantinham escolas para seus associados e filhos, tais como Centro Português 5 de Outubro, Sociedade Espanhola de Socorros Mútuos e Instrução, Sociedade Amiga dos Pobres, e o Colégio São Benedito, fundado junto com a Federação Paulista dos Homens de Cor.

<sup>17</sup> Esses requerimentos estão arquivados nas caixas referentes aos pedidos não atendidos pela Prefeitura, que justificava o pequeno número de escolas e sua má distribuição em consequência da falta de verba. As associações que mantinham escolas com vagas gratuitas, e pediam auxílio financeiro para o ano letivo, também não conseguiam auxílio, sob a justificativa de que o pedido deveria ser feito na época da discussão sobre o orçamento.

<sup>18</sup> Em assembléia geral de 1915, da Sociedade Humanitária Operária, houve a denúncia de um associado que não pediu corretamente seu auxílio, sendo discutida a sua punição – suspensão ou eliminação. Vários sócios se pronunciaram, e concluíram que o associado deveria ser suspenso porque “era um ignorante, não sabe nem ler nem escrever e por isso não entende os estatutos”.

deu a sua passagem pela vida. Essa prática desenvolvida pelas associações mutualistas criava um espaço para que seus associados construíssem uma memória individual dentro de uma coletividade, perpetuando sua existência.

Provavelmente, ao ingressar em uma associação, o trabalhador também visava a esse tipo de benefício, pois a prática do registro do voto de pesar e o acompanhamento dos enterros abrangiam a todos os associados, desde aqueles que participavam diretamente da administração da organização até aquele que apenas pagava suas mensalidades. Os benefícios que as associações mutualistas ofereciam iam além dos auxílios concretos, significando espaços para a afirmação de identidades e de memórias. Nessas memórias, é possível aproximar-se da individualidade dos associados, da sua relação com a família, com amigos e com as próprias associações, enquanto as identidades permitem avaliar o modo como esse mesmo associado buscava ser reconhecido, enquanto pertencente a um grupo social. Um dos aspectos mais intrigantes e estimulantes da problematização das associações mutualistas é a possibilidade de refletir sobre as conexões entre a individualidade e o grupo, entre o modo como o trabalhador buscava definir-se e as maneiras como se inseria na sociedade, a forma como as associações lidavam com a mobilização dos aspectos individuais e coletivos para sua manutenção.

Outros símbolos criados pelo funcionamento das associações mutualistas operárias permitiam valorizar a imagem dos trabalhadores perante a sociedade. Havia uma preocupação constante em evitar difamações e ironias que diminuíssem a credibilidade das associações e do grupo que representavam.

Dessa maneira, as qualidades necessárias para uma correta administração, registradas, nas atas das associações operárias mutualistas e na imprensa campineira, seriam relacionadas aos associados. É interessante perceber que essas características referem-se à conduta social dos diretores (harmonia, companheirismo, empenho), à aceitação de uma responsabilidade concedida pelo grupo e à necessidade de prestarem contas sobre essa difícil missão. Provavelmente, as escolhas dos diretores também se pautavam nos conhecimentos e nas experiências que possuíam para a administração, tais como o domínio da escrita, da contabilidade, os bons contatos e a disponibilidade para se reunirem mensalmente. Porém, no momento de elaborarem uma representação social da diretoria (reproduzida nos eventos, na imprensa e nas assembleias), reforçavam os aspectos da conduta social e moral que os cargos exigiam.

Uma das explicações para essa atitude seria a necessidade de criarem um posicionamento social que os diferenciasse daqueles registros da imprensa, que descrevia os trabalhadores como violentos, desorganizados, sofrendo constantes acidentes, prisões e perseguições. Isso também se refletia em uma diferenciação

interna, entre associados e diretoria, entre associados contribuintes, benfeitores, beneméritos e remidos. Ou seja, promovia uma hierarquização interna nas associações, que buscava ordenar a relação entre os associados para o funcionamento das sociedades. Entretanto, é sempre reafirmada a necessidade da diretoria reportar-se à assembleia geral para legitimar suas ações (“as assembléias são soberanas”), não existindo uma livre atuação da direção no comando das organizações.

Por isso, era tão importante destacar o amor e a dedicação à sociedade, principalmente, nos momentos de crise, reforçando os laços de responsabilidade para com a manutenção da associação. É interessante perceber que, além da oferta de auxílios financeiros e de espaços de representatividade, as associações mutualistas procuravam divulgar uma imagem positiva de seus associados ao formular, constantemente, os laços de afetividade e de comprometimento entre seus membros e a organização, definida como solidariedade.

A solidariedade era tida como um pré-requisito para o bom desempenho de uma diretoria ou para o engrandecimento de determinada associação. Através dos registros em atas, é possível compreender que a solidariedade era entendida, nessas associações mutualistas, como a união para concretizar um objetivo comum. Na assembleia geral, de 18 de setembro de 1927, da Sociedade Humanitária Operária, o presidente eleito “agradece a bondade e confiança dos sócios ... o que faz com que mais amor tomem pela Sociedade, procurando, na medida de suas forças e auxílio de seus companheiros, elevá-la colocando-a na altura que merece”<sup>19</sup>. No dia 17 de setembro de 1922, Armando Gomes sugeria uma homenagem a José Rodrigues Pinheiro por sua atuação como diretor durante a epidemia de gripe espanhola, afirmando que “com seus continuados esforços procurando sempre harmonizar os interesses dos sócios com os da sociedade, em meio da maior justiça e democracia”<sup>20</sup>.

As associações operárias mutualistas campineiras construíram uma imagem social positiva do trabalhador através do registro em livros de ata, dos anúncios nos jornais, da participação em eventos sociais com seus estandartes, da sua representatividade nos enterros dos associados, da elaboração de discursos que dignificavam a história de luta e o esforço de uma coletividade para manter em funcionamento uma organização tão útil para os trabalhadores.

Dessa forma, a vida administrativa das associações operárias mutualistas, em Campinas, evidencia que, durante as primeiras décadas do século XX, esses trabalhadores associados defendiam uma visão de mundo pautada na valorização de

---

<sup>19</sup> Livro de Atas da Sociedade Humanitária Operária, Arquivo Histórico do Centro de Memória da Unicamp (Campinas).

<sup>20</sup> Ibidem.

relações sociais baseadas em sentimentos cordiais. Ou seja, através do ritual administrativo burocratizado das associações mutualistas, os trabalhadores defendiam que a honestidade, a integridade moral, a dedicação e o amor ao grupo pautassem a forma como a diretoria e o quadro de associados deveriam se relacionar. Em uma organização baseada em ideais democráticos, a participação do indivíduo na coletividade deveria ser norteadas pelo respeito e pelos direitos e pelos deveres previstos nos estatutos. Isso não significava que todos os associados praticariam o convívio nesses termos. Por isso, a fiscalização é um aspecto importante para a manutenção das associações em Campinas<sup>21</sup>.

Outra informação importante que se destaca nessa tentativa de criar uma imagem positiva dos trabalhadores, em Campinas, é a localização dos espaços ocupados pelas sedes (próprias ou alugadas) das associações operárias mutualistas<sup>22</sup>. A maior parte ficava na região central, próxima à estação da Companhia Paulista. A localização, na região central, era um fator fundamental para viabilizar a existência das sociedades e era sempre exigido pelas diretorias quando iriam alugar ou adquirir um prédio. Os principais argumentos que justificavam essa escolha eram a visibilidade, a facilitação do acesso pelos diferentes associados e, provavelmente, o tamanho dos imóveis, que deveriam ser maiores e ter cômodos adequados para promover reuniões, diversões e outros serviços. Na assembleia geral de 16 de setembro de 1928, a diretoria da Sociedade Humanitária Operária propunha a compra de um prédio velho e sua reforma “e que essa nova sede fosse mais no centro da cidade, e também fosse criada uma biblioteca para os sócios, em vista da atual sede social estar muito escondida e ser pequena para o movimento social.”<sup>23</sup> Esse dado é importante para se compreender o modo como os trabalhadores vivenciavam e resignificavam a espacialidade urbana de Campinas durante a Primeira República.

Os interesses materiais atendidos pelas associações mutualistas só eram possíveis com uma arrecadação regular das mensalidades e com o combate à inadimplência. Esse problema era recorrente em diferentes associações campineiras, durante todo o período analisado, indicando que a instabilidade financeira vivenciada

---

<sup>21</sup> A fiscalização foi o método administrativo utilizado pelas associações operárias recreativas e mutualistas para impedir que os associados utilizassem as organizações para outros fins, que não estivessem previstos nos estatutos. Isso evidencia que, apesar do discurso harmônico construído pelas diretorias, a vivência nas associações era permeada por tensões e conflitos. Entretanto, é interessante ressaltar que esse discurso transmitia uma visão de mundo e valores nos quais os trabalhadores associados acreditavam.

<sup>22</sup> BATALHA, Claudio H. M. A Geografia Associativa. Associações operárias, protesto e espaço no Rio de Janeiro da Primeira República. In: AZEVEDO, Elciene et al (org.) *Trabalhadores na cidade: cotidiano e cultura no Rio de Janeiro e em São Paulo, séculos XIX e XX*. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.

<sup>23</sup> Livro de Atas... doc. cit.

pelos trabalhadores dificultava a sobrevivência de suas organizações. Uma das estratégias adotadas pelas associações pesquisadas era promover, através de uma ampla divulgação na imprensa, a entrada de associados, durante um mês do ano, sem o pagamento de joias. A compra de uma sede própria e a demonstração do balanço da sociedade, apresentando um fundo social estável, eram as garantias apresentadas pelas diretorias para assegurar aos associados que os benefícios seriam concedidos.

Os critérios para a entrada dos sócios também era uma forma de garantir estabilidade e credibilidade para a associação operária mutualista e seus associados. Havia um ritual, no qual o primeiro passo era a indicação de um interessado por algum membro da sociedade. O nome do candidato ficava registrado na secretaria e, posteriormente, era apresentado no expediente das sessões de diretoria. A segunda etapa era ser julgado pelos membros da diretoria, que exigiam boa conduta moral, renda diária mínima, idade compatível e bom estado de saúde – requisitos determinados nos estatutos. Caso os diretores não conhecessem o candidato proposto ou discordassem quanto as suas qualidades, ele era submetido à análise da comissão de sindicância, que trazia seu parecer na sessão seguinte. Diante do avaliado, a diretoria, em especial o 1º secretário, informava a decisão final. Por fim, o novo sócio pagava uma joia. Só assim, era considerado como membro de alguma associação. Para permanecer na sociedade, receber auxílios e participar de votações, o associado deveria pagar as mensalidades em dia e ter bom comportamento.

A maior parte dos desentendimentos entre os associados e a diretoria era causada pelo confronto entre o interesse pessoal e o da associação, principalmente, nos casos de suspensão dos auxílios por mau comportamento. Um exemplo é a discussão ocorrida, na assembleia geral de 22 de setembro de 1918, na Sociedade Humanitária Operária, para determinar a penalidade aplicada ao associado, pois “tendo o sr Salvador Fiorchi requisitado socorros foi procurado pelo sr visitador de noite e não foi encontrado em casa tendo o mesmo sido encontrado em uma sociedade recreativa e outros lugares de passeio”<sup>24</sup>.

Outro motivo que gerava problemas entre os associados e a diretoria era o fato dos visitantes denunciarem que os associados mentiam para receber os auxílios, empregando-os para outras finalidades. Na sessão de diretoria de 1912, a Sociedade Humanitária Operária foi informada que o sócio Cezar Galvão havia se casado, oferecendo um banquete, um baile e outras diversões, além de frequentar diversões noturnas, no período em que alegou estar doente. A assembleia decidiu que o

---

<sup>24</sup> Ibidem.

associado deveria ser expulso, pois havia usurpado a associação para o próprio benefício.

Como não é lícito que esse sócio recebendo socorros pecuniários de uma sociedade, ofereça banquetes, bailes e outras coisas que são bastante dispendiosas, como não é lícito a um sócio pedir socorros a uma sociedade, quando seu incômodo não o impedir de seu trabalho, não sendo lícito também que o sócio recebendo socorros da sociedade, saia a passeios desnecessários, durante a noite, ficando assim provado que o sócio Cezar Galvão trata de explorar os cofres sociais em seu proveito. A diretoria resolveu por unanimidade de votos, suspender-lhe dos direitos de sócio até a próxima Assembleia Geral e está resolverá sobre o destino que deve dar a um sócio que procede tão levemente.<sup>25</sup>

Nas associações mutualistas analisadas, havia um procedimento burocrático para o pagamento dos auxílios: estar em dia com o pagamento das mensalidades, enviar um atestado médico ou um atestado da empresa comprovando suas faltas e enviar um ofício comunicando à diretoria e aos visitantes os dias que permaneceu doente. Os vogais, ou visitantes, acompanhavam o processo de recuperação dos associados, emitindo recibos quando os auxílios fossem pagos. Tal procedimento burocrático era permeado por tensões, pois os visitantes eram acusados de pagar auxílios menores do que o esperado pelos associados. Em 13 de agosto de 1929, o sócio da Sociedade Humanitária Operária, Benedito Quirino de Castro, reclamava que deveria receber os socorros desde o dia 12 de julho e que denunciaria, na imprensa, a incapacidade do presidente caso não recebesse a quantia desejada. O visitante disse que recebeu, no dia 18 de julho, a notificação da doença de Benedito, com data de 16 de julho, pagando os auxílios a partir dessa data. A diretoria resolveu relevar as calúnias ditas contra o presidente, pelo fato do associado estar doente, e não modificou a data do pagamento.

As diretorias das associações operárias mutualistas também utilizavam critérios morais para determinar a validade do pagamento de auxílios, negando-os para associados que se ferissem ou ficassem doentes em função de bebidas alcoólicas ou brigas.

É interessante notar que, em todos os momentos de tensão e conflitos, os estatutos eram utilizados para legitimar as ações adotadas pelas diretorias ou pelos associados. Entretanto, esse aspecto democrático coloca uma questão importante para que se possa compreender o modo como os trabalhadores associados vivenciavam esse mecanismo administrativo.

---

<sup>25</sup> Ibidem.

Em todas as associações operárias analisadas, a elaboração dos estatutos era feita por uma comissão, nomeada pela diretoria, sendo que, em assembleias gerais extraordinárias, os estatutos eram discutidos e aprovados. Ou seja, a participação da maior parte dos associados na elaboração e na aprovação dos estatutos era pouco significativa. Porém, todos os associados tinham acesso a exemplares dos estatutos e conheciam seu conteúdo. Os trabalhadores associados consideravam um procedimento padrão o fato de delegar à diretoria a responsabilidade para a elaboração dos estatutos. Entretanto, também era um consenso, entre os associados, que a assembleia geral era a principal instância existente dentro da organização e que somente ela poderia propor alterações no texto dos estatutos ou nos procedimentos administrativos.

Essa forma de vivenciar o cotidiano administrativo fez com que, entre as organizações operárias mutualistas, as diretorias assumissem uma função essencial na solução dos conflitos causados pela tensão existente entre os interesses individuais e os coletivos, sendo legitimada para julgar e condenar qualquer atitude que pudesse prejudicar a sobrevivência da organização prevista nos estatutos.

O fato de que os associados entenderem que as diretorias eram essenciais para a manutenção das associações, principalmente, por serem consideradas como representantes dos interesses coletivos, legitimadas pela assembleia geral, fez com que várias denúncias surgissem contra a má atuação de diretores. Na sessão de diretoria da Liga Humanitária dos Homens de Cor, de 4 de fevereiro de 1916, meses após a sua fundação, o presidente denunciou que o secretário estava sendo omisso, pois o livro de atas estava em branco, não tendo sido registrada nenhuma das sessões. Os principais casos de denúncia de diretores envolviam o cargo de tesoureiro, pois eram os responsáveis pelo caixa da associação. Em todas as associações analisadas, em algum momento, os tesoueiros eram acusados de desfalques no caixa, sendo que, em determinados episódios, eram, realmente, culpados. Entretanto, para evitar que as associações perdessem a credibilidade, a diretoria resolvia os problemas em sessões secretas, renegociando o pagamento do dinheiro que foi usurpado pelos tesoueiros.

Outra característica que as associações mutualistas adotavam para garantir uma imagem positiva dos trabalhadores associados era a defesa de um posicionamento neutro em relação à política e à religião. Na assembleia geral da Liga Humanitária dos Homens de Cor, de 21 de dezembro de 1930, Armando Gomes disse “que reconhece muito bem que essa sociedade não tinha fins políticos mas que ele como brasileiro e de cor vinha lançar um protesto contra o novo governo brasileiro por

ter abolido do calendário nacional a data da lei áurea de 13 de maio”<sup>26</sup>. De maneira mais direta, o presidente eleito da Sociedade Humanitária Operária, na assembleia geral, de 26 de setembro de 1909, afirmou que “promete fazer de tudo quanto pudesse para engrandecer a sociedade, promete também fazer reinar a melhor harmonia entre os associados e fazer desaparecer as paixões políticas e religiosas dessa sociedade”<sup>27</sup>.

Essa estratégia evidencia que as associações operárias mutualistas, em Campinas, desejavam se colocar como espaços de prestação de serviço, de consolidação de uma união em prol do bem comum, pois compreendiam que os posicionamentos políticos e religiosos provocavam divergências inconciliáveis. É interessante perceber que essa postura foi muito criticada por diferentes correntes do movimento operário, porém, isso não impediu uma relação próxima entre as sociedades mutualistas e tal movimento.

### **O MOVIMENTO OPERÁRIO E O MUTUALISMO**

A trajetória da Sociedade Humanitária Operária e a sua relação com a Liga Operária de Campinas evidenciam a complexidade existente no convívio entre diferentes associações operárias no começo do século XX. Além de compartilharem associados, também dividiram a sede, em 1906, quando a Sociedade Humanitária Operária comunicou aos sócios que sua sede social seria junto com a da Liga Operária de Campinas, na rua Ferreira Penteado nº 171. Entretanto, os Congressos Operários realizados, nas primeiras décadas do século XX, declaravam que as associações de resistência deveriam ter apenas essa finalidade, evitando oferecer benefícios mutualistas ou assistenciais<sup>28</sup>. Essa orientação influenciou a Liga Operária de Campinas, que liderou os grevistas em 1906, gerando tensões em sua relação com a Sociedade Humanitária Operária.

Em maio de 1906, o movimento grevista dos ferroviários da Companhia Paulista (Jundiaí) mobilizou os ferroviários de Campinas e outras categorias. De acordo com o jornal *A Cidade de Campinas*, o início do movimento grevista era previsto, pois havia ocorrido uma paralisação em Rio Claro anteriormente. Entretanto, a Liga Operária de Jundiaí teria articulado todo o movimento, surpreendendo a todos com a paralisação

---

<sup>26</sup> Livro de Atas da Liga Humanitária dos Homens de cor, doc. cit.

<sup>27</sup> Livro de Atas... doc. cit.

<sup>28</sup> PINHEIRO, Sérgio Paulo e HALL, Michael M. *A classe operária no Brasil*. Documentos 1889 a 1930. Volume 1 – O Movimento Operário. São Paulo: Alfa-ômega, 1979, p. 41.

dos trens. A primeira reação da Companhia Paulista foi a de intimidar os grevistas, ameaçando demiti-los, além de pedir apoio policial ao governo do estado.

A greve ocorreu no mês de colheita do café, em um ano com safra bastante expressiva, possibilitando uma visibilidade ampla às reivindicações operárias. O pedido da diretoria da Companhia Paulista, para que fossem enviados ferroviários de outras estradas, foi negado. O jornal *A Cidade de Campinas* buscava transparecer neutralidade na cobertura do evento, entretanto, elogiava a atuação da polícia e da diretoria da Companhia Paulista durante a greve. No mês de junho foi instaurado um inquérito policial para investigar quem eram os responsáveis pelos atentados aos trilhos da ferrovia, não sendo encontrado nenhum culpado.

Ainda no mês de maio de 1906, tanto as repartições da Companhia Mogiana quanto da Paulista sofreram cortes no quadro dos trabalhadores. No dia 16 de maio de 1906, o jornal *A Cidade de Campinas* publicou o boletim da Liga Operária de Jundiaí, que esclarecia os motivos geradores da greve: diminuição salarial e demissões provocadas pelo sr. Monlevade, a obrigatoriedade de filiação na Sociedade Beneficente criada pela Companhia Paulista, que era administrada por parentes e por afilhados do sr. Monlevade, o fato de a Sociedade Beneficente utilizar seus recursos financeiros para o pagamento de altos salários a médicos e a farmacêuticos considerados incompetentes pelos trabalhadores e as ameaças e os insultos sofridos pelos operários.

No boletim de 1906, a Liga afirmou que procurou evitar a greve, enviando ofícios ao inspetor geral da Companhia, porém, não foram considerados. Além disso, a comissão diretiva da Liga foi desprezada pelo inspetor geral. Portanto, as principais reivindicações eram a demissão do chefe de locomoção, sr. Francisco Paes Leme de Monlevade, do seu ajudante Henrique Burnier e o fim da filiação obrigatória à Sociedade Beneficente.

Ainda no dia 16 de maio de 1906, o jornal publicou que, em Campinas, no salão Eintracht, foi realizada uma reunião dos trabalhadores, convocada pelo comitê da Liga Operária, e que a mesa da presidência era composta por Jorge Clozel, Humberto Blatner, Lourenço Lüders, Alfredo de Almeida e o delegado de polícia Bandeira de Melo. O artigo descreve que vários trabalhadores, tais como, Lourenço Lüders e Domingos Urbano, tomaram a palavra e pediram calma e serenidade de espírito para conseguirem seus fins, e afirma que estiveram presentes mais de 800 pessoas e que as imediações do local foram patrulhadas durante toda a reunião.

No dia 17 de maio de 1906, a Liga Operária de Campinas publicou outro pedido de calma para os trabalhadores, anunciando que não voltassem ao trabalho até segunda ordem. Os operários do Curtume de Campinas declararam-se em greve,

reivindicando aumento salarial. Outras categorias que aderiram à greve, em solidariedade, foram os gráficos, os ferroviários da Companhia Mogiana, os trabalhadores das indústrias Lidgerwood, Mac Hardy, Pedro Anderson e Faber, os operários da construção e alguns estabelecimentos comerciais.

No dia 26 de maio de 1906, os gráficos voltaram a trabalhar e a diretoria da Companhia Mogiana reuniu-se com os grevistas para negociar o retorno ao trabalho. A cidade de Campinas foi ocupada pela cavalaria e registrava incidentes, como, por exemplo, sabotagens aos trilhos e às redes de telégrafo. No dia 29 de maio, os trabalhadores da Companhia Mogiana finalizaram a greve, mas, no estado de São Paulo, o movimento cessou apenas no dia 01 de junho<sup>29</sup>.

Alguns aspectos dessa greve de 1906, em Campinas, confirmam as relações próximas entre os trabalhadores que participavam do movimento grevista e os que faziam parte de associações operárias mutualistas. Na reunião organizada pelo comitê da Liga Operária de Campinas no salão Eintracht, todos os trabalhadores citados faziam parte da Sociedade Humanitária Operária, destacando-se na administração dessa associação durante todo o período analisado. Outro aspecto interessante é o fato de utilizarem o salão Eintracht, uma sociedade recreativa alemã, que, frequentemente, alugava seu salão para as assembleias gerais da Sociedade Humanitária Operária. Nesse mesmo ano de 1906, a Liga Operária de Campinas alugava uma sala de sua sede para a Sociedade Humanitária Operária. Esses indícios revelam a proximidade existente entre uma associação reivindicatória e uma associação mutualista, confirmando a hipótese de que diferentes tipos de organizações operárias conviviam em um mesmo espaço e, muitas vezes, compartilhavam os mesmos membros.

Em junho de 1906, a Liga comunicou que iria mudar sua sede, ressaltando que o aluguel da sala no novo prédio seria maior. A Sociedade Humanitária Operária mudou para a nova sede da Liga, na rua Regente Feijó, nº 39, em julho do mesmo ano (logo após o término da greve). Entretanto, em outubro de 1906, o zelador da Sociedade Humanitária Operária lançou, em ata, uma proposta para pagarem um aluguel menor, mas a Liga mostrava-se irredutível na negociação. Outro fato, porém, parece esclarecer os motivos da insatisfação da diretoria da Sociedade Humanitária Operária, pois foi confirmada a decisão da Liga Operária de eliminar a Sociedade Humanitária Operária de sua sede.

---

<sup>29</sup> “Fim dos movimentos paredistas nos Estado. Os operários conscientes e criteriosos, compreendendo a situação aflitiva que haviam criado para a nossa população e acudindo ao apelo que lhes foi dirigido pela Federação Operária de São Paulo retomaram as armas do trabalho e voltaram a prestar o seu concurso fecundando as empresas industriais cujas forças jaziam paralisadas pela greve.” *A Cidade de Campinas*, 01/06/1906, Arquivo Edgar Leuenroth (Campinas).

O incidente gerou a convocação de uma assembleia geral extraordinária, em 15 de novembro de 1906, para que os sócios da Sociedade Humanitária Operária votassem se deveriam ou não pagar 35\$000 réis de aluguel para a Liga Operária. Em uma primeira votação, essa proposta foi aceita. Entretanto, um requerimento assinado por 33 sócios da Sociedade Humanitária Operária fez com que outra assembleia fosse convocada para discutir a mudança da sede. A decisão foi determinada por voto secreto, com a presença de 59 sócios, tendo como resultado 35 votos a favor da mudança e 24 contra. De acordo com os estatutos, uma petição assinada por 25 sócios quites teria a validade para anular a decisão da assembleia e para convocar outra. Para evitar novos protestos, a assembleia geral determinou que a decisão tomada era definitiva, sem a possibilidade de novas petições serem aceitas.

Apesar da orientação do Congresso Operário para que não houvesse uma relação próxima entre a ação reivindicatória e os benefícios mutualistas, antes e durante o movimento grevista de maio de 1906, a Sociedade Humanitária Operária e a Liga Operária de Campinas compartilhavam a mesma sede e alguns associados, principalmente, os membros da diretoria. Entretanto, no final do ano de 1906, os trabalhadores associados à Liga defendiam uma separação entre a organização reivindicatória e a sociedade mutualista. No ano seguinte, a Liga Operária de Campinas fortaleceu-se, ampliando o quadro de associados, criando uma escola, organizando diversas conferências, publicando o jornal *A Voz Operária*, organizando vários eventos de lazer para arrecadar fundos e recebendo homenagens de outras associações.

O jornal *A Cidade de Campinas*, de 24 de fevereiro de 1907, noticiou que o diretor da Banda Garibaldi, recém-criada por italianos e por seus descendentes, havia composto um hino para a Liga Operária, para ser executado na festa de inauguração da escola mantida pela Liga. Em agosto de 1907, foi organizada uma quermesse no bosque dos Jequitibás, em benefício a Liga Operária de Campinas, com entrada franca. As prendas da quermesse permaneceram expostas, no salão da Liga, e foram organizados diversos jogos e uma rodada de tômbola (bingo) no final da tarde. No dia 01 de maio de 1908, de acordo com o jornal *A Cidade de Campinas*, foi feito um espetáculo comemorativo da data, dedicado à Liga Operária de Campinas, no Teatro São Carlos, com um programa voltado para a vida do operário.

A principal atividade desenvolvida pela Liga Operária de Campinas para seus associados, porémera a promoção de conferências, tais como, a palestra oferecida por Oreste Ristori, no dia 20 de abril de 1907; a conferência do redator de *A Luz Social*, Pinto Machado, sobre a unificação do operariado no Brasil, também em abril de 1907; a conferência de Luiz Bueno Horta Barboza intitulada “Ação direta por que o proletariado deve favorecer o movimento de reorganização social”, em outubro de

1909, e a palestra de Eduardo Vassimon, sobre a data de 01 de maio, lembrando os acontecimentos de Chicago, em novembro de 1910.

Outra forma de atuação adotada pela Liga Operária de Campinas foi a criação de uma escola livre voltada, principalmente, para os filhos dos operários. A inauguração ocorreu, no dia 26 de fevereiro de 1907, sendo descrita pelo jornal *A Cidade de Campinas*. O artigo relata que o salão principal estava enfeitado,

nas paredes, entre palmas, havia ditos socialistas e os nomes dos grandes defensores do proletariado e de mártires da idéia social. Dominando a mesa da presidência, via-se o retrato de Luiz Michel e, aqui e além, escudos indicavam os nomes de associações operárias filiadas a Liga<sup>30</sup>.

Houve a distribuição de folhetos com propaganda socialista e a apresentação de duas bandas musicais. O orador que abriu a sessão solene foi Jaime Moreira, sendo que Eduardo Vassimon, vindo de São Paulo, explanou sobre o ensino livre, concluindo que “a verdadeira educação intelectual consiste em desenvolver o raciocínio. No ensino deve-se abandonar em absoluto o abstrato, partir do concreto e explicar a natureza nas suas diversas manifestações, conforme exigirem os sentidos”<sup>31</sup>. Em seguida, falou Julio Soretti, da Liga de Chapeleiros de São Paulo, saudando a Liga por ser a primeira no Brasil a ter o ensino livre e os representantes dos jornais *Comércio de Campinas*, *A Cidade de Campinas* e *Fanfulla*.

No jornal *A Voz Operária*, de 01 de maio de 1907, a Liga Operária de Campinas defendia a ideia de um 1º de maio sem festejos e sem comemorações, lembrando a origem da data e o seu significado para que os operários reivindicassem seus interesses econômicos. Além disso, defendia a luta pela jornada de 8 horas, relatando essa conquista por certos setores. Um fato bastante retratado no jornal foi a greve dos ferroviários da Paulista, em 1906, indicando a proximidade entre os ideais da Liga e a forma como os operários campineiros atuaram na greve.

O jornal também reproduziu o protesto apresentado em assembleia geral extraordinária da Liga Operária de Campinas, no dia 14 de março de 1907, denunciando irregularidades na Companhia Mogiana. O periódico tinha o objetivo de se colocar como um espaço para que os operários denunciassem as arbitrariedades cometidas nas indústrias. Nesse protesto, a Companhia Mogiana era acusada de perseguir os membros da Liga, impedindo a cobrança das mensalidades nas oficinas, demitindo aqueles que denunciavam as irregularidades dos mestres e obrigando os empregados a assinarem declarações nos jornais afirmando que não participariam da

<sup>30</sup> Jornal *A Cidade de Campinas*, 26 de fevereiro de 1907, Arquivo Edgar Leuenroth (Campinas).

<sup>31</sup> *Ibidem*.

Liga. A associação respondeu confirmando a instabilidade que havia quando os operários não estavam unidos e organizados e pediu a conscientização de todos para que não se intimidassem com essas ameaças.

Os maus tratos, a violência, as arbitrariedades e os roubos praticados contra os ferroviários e outras categorias de trabalhadores, a perseguição moral e física, impedindo o uso da liberdade de escolha, as péssimas condições de trabalho e a tirania dos mestres e dos chefes de oficinas foram as principais causas para a deflagração da greve dos operários da Paulista em 1906, reaparecendo nas denúncias da Liga como constituintes do cotidiano dos trabalhadores na Companhia Mogiana, em Campinas.

A principal hipótese para explicar o significado da relação entre a Sociedade Humanitária Operária e a Liga Operária de Campinas é a de que, no início do ano de 1906, a aproximação da associação reivindicatória com a organização mutualista visava a ampliar o quadro de associados, recurso recorrente entre as entidades reivindicatórias, como evidencia a declaração feita no Primeiro Congresso Operário. Os membros da diretoria da Sociedade Humanitária Operária eram os mesmos do quadro de líderes da Liga durante a greve, comprovando que não consideravam contraditórias as atuações militante e assistencialista.

Com a greve em maio de 1906, entretanto, a atuação da Liga garantiu o aumento de sua visibilidade e de sua credibilidade perante os trabalhadores campineiros e outras associações operárias recreativas e mutualistas. Com o crescente fortalecimento da Liga, após a greve, mostrou-se desnecessária a sua união com as associações mutualistas para ampliar o quadro de associados. A Liga conseguia exemplificar a eficácia dos ideais reivindicatórios através da sua atuação na greve, tornando-se a principal liderança das organizações operárias reivindicatórias em Campinas.

Com isso, percebe-se que há uma modificação da postura dos membros da Liga e da Sociedade Humanitária Operária em relação à aproximação das duas associações. Alguns membros da Liga passaram a defender uma postura coerente com a declaração do Primeiro Congresso Operário. Os membros da associação mutualista, na assembleia geral convocada para discutir a mudança da sede, indicavam que, em parte, não desejavam ver a organização atrelada à imagem reivindicatória da Liga, afirmando que a associação deveria adotar uma postura de neutralidade política e de independência.

A Sociedade Humanitária manteve contato com a Liga Operária, após a separação das sedes, trocando correspondências e convites para palestras e outros eventos sociais. A atuação da Liga Operária de Campinas, na greve de 1906, representando os interesses dos operários, articulando a comunicação entre todos os

locais que paralisaram, exigindo a demissão de um chefe de oficina, o fim da filiação compulsória à sociedade beneficente mantida pela Companhia e elaborando comunicados que justificavam suas reivindicações para a sociedade, fez com que fosse possível ampliar o quadro social destacando a importância da ação reivindicatória para os trabalhadores assalariados. Entretanto, essa visibilidade e esse crescimento fizeram com que o setor patronal buscasse impedir a continuidade desse tipo de organização, demitindo e ameaçando os trabalhadores que eram membros da Liga Operária.

A repressão, no entanto, não significou o fim da Liga, ainda presente no 2º Congresso Operário em 1913. Porém, nesse último congresso, a principal preocupação da Liga Operária de Campinas era estabelecer meios para garantir a participação ativa dos associados em prol das causas defendidas. Isso demonstra que a constante repressão patronal (perseguição, prisões, demissões, impedimento de cobrança de mensalidades na empresa) diminuía a capacidade da organização reivindicatória se manter estável financeiramente. Essa trajetória da Liga Operária de Campinas parece confirmar uma tensão que, constantemente, permeava as discussões dentro do movimento operário: as organizações reivindicatórias deveriam basear-se apenas na união dos trabalhadores conscientes e que lutavam pelos interesses econômicos ou poderiam aproximar-se de associações mutualistas e recreativas e oferecer benefícios semelhantes para abranger um maior número de associados, garantindo os recursos financeiros necessários para manter a organização.

No caso da Liga Operária, a dificuldade para a manutenção do quadro de associados parece ter comprometido sua existência na década de 1910. Em 1916, a Liga Humanitária dos Homens de Cor declarou que seu pavilhão foi cedido pela Liga Operária de Campinas e que, assim que retomasse as suas atividades, ele deveria ser devolvido. Em outubro de 1916, a Liga Operária entrou em contato com a Liga dos Homens de Cor para pedir o escudo e o pavilhão que foram emprestados, pois iriam retomar as suas atividades na cidade. Em dezembro do mesmo ano, a Liga dos Homens de Cor devolveu os objetos e, em fevereiro de 1917, a Liga Operária convidava várias associações mutualistas operárias para assistir à assembleia para eleição e posse do conselho fiscal.

Mesmo com a provável desarticulação da Liga Operária durante os anos de 1910, o movimento operário campineiro permaneceu ativo, com registro de várias greves que concentravam suas reivindicações na jornada de 8 horas de trabalho e no aumento salarial<sup>32</sup>. Nas greves de 1917 e de 1920, a mobilização dos trabalhadores

---

<sup>32</sup> 1906 – greve dos empregados do comércio pela redução da jornada de trabalho; 1907 – jornada de 8 horas adotada pela Companhia Paulista e concessão de férias para algumas categorias, greve dos pedreiros por jornada de 8 horas e aumento salarial; 1910 – greve dos operários da fábrica de móveis do

campineiros foi expressiva, evidenciando um crescimento e uma variedade de associações reivindicatórias. Entretanto, a liderança que a Liga Operária exerceu, no início do século XX, não se repetiu nos movimentos grevistas de 1917 e de 1920.

## CONCLUSÃO

O principal objetivo desse estudo de caso foi ressaltar a importância do mutualismo para os estudos sobre os trabalhadores, principalmente, quando as fontes utilizadas retratam as relações e o cotidiano das associações operárias. De acordo com a experiência associativa da maior parte dos trabalhadores envolvidos na greve de 1906, é possível afirmar que eles compartilhavam uma visão de mundo semelhante, baseada em valores comuns, como a condenação à exploração, a defesa da ação pacífica e ordenada e a necessidade da existência da solidariedade entre os semelhantes.

Esses valores, divulgados pela imprensa e por outros grupos sociais, foram ressignificados pelos trabalhadores, expressados por meio dos símbolos e do cotidiano administrativo das associações mutualistas. Nas associações operárias mutualistas, o pedido de auxílios, quando não havia paralisação do trabalho ou o uso indevido dos pagamentos recebidos, eram considerados uma falta muito grave, representando a usurpação da sociedade, pois eram atitudes que poderiam inviabilizar a estabilidade financeira da associação. Essa noção dos sentidos e dos significados da exploração, por parte dos trabalhadores, estava presente nas reivindicações grevistas, quando denunciaram práticas abusivas de mestres ou de chefes de oficina.

Quando os trabalhadores tentaram evitar a greve, enviando ofícios à empresa, ou quando os líderes grevistas, em assembleia vigiada pela polícia, reforçavam a necessidade de se manterem pacíficos e ordenados, os trabalhadores demonstraram que compartilhavam de uma visão de mundo que, construída e reforçada no funcionamento das associações mutualistas, procurava atrelar sua imagem a valores que garantissem a aceitação social dos trabalhadores como cidadãos, evitando perseguições. O sentimento de solidariedade, entendido, nas associações mutualistas operárias, como empenho, dedicação e amor dos associados ao grupo, para que pudessem garantir a viabilidade dos auxílios prestados, era utilizado, nos movimentos grevistas, para promover a adesão dos trabalhadores, que poderiam compreender a

---

Sr Luiz Chechia por jornada de 8 horas; 1911 – greve dos funileiros e encanadores por jornada de 8 horas e aumento salarial; 1922 – greve dos chauffers devido a negação de habeas corpus para os motoristas que foram presos em manifestação contrária a programação da comemoração do centenário da independência do Brasil.

manifestação como instrumento necessário para garantir a conquista de melhorias e de direitos nas relações trabalhistas.

A greve demonstra que havia uma disputa entre os trabalhadores e os seus patrões para definir quem iria estabelecer as regras para o funcionamento do trabalho assalariado, tais como, a jornada de trabalho, o tipo de fiscalização imposta pelos superiores, os limites para a coerção do patronato sobre os operários e os critérios para justificar as demissões e as reduções salariais. Nessa disputa, a experiência associativa dos trabalhadores capacitava os operários para que pudessem articular diferentes métodos de atuação e expressar o modo como compreendiam as relações trabalhistas, baseados nos costumes e nos valores vivenciados por trabalhadores tão diferenciados nas associações mutualistas.

Outra reivindicação presente na greve de 1906, o fim da obrigatoriedade de filiação à Sociedade Beneficente administrada pela empresa, demonstra que as associações operárias mutualistas simbolizaram um palco de disputas entre os trabalhadores e as empresas, pois representavam a possibilidade de os próprios trabalhadores controlarem esse tipo de associação e os benefícios prestados, sem interferência do patronato. Resta um questionamento sobre esse tipo de tensão: é evidente que a arrecadação de mensalidades para proporcionar o pagamento de auxílios doença, invalidez e funerário gerava um acúmulo expressivo de capital. Nas organizações por empresa, o capital era utilizado em favor dos interesses da diretoria e, nas associações operárias, esse fundo possibilitava aos trabalhadores adquirirem empréstimos e comprarem imóveis. Essa observação já indica o conflito de duas visões de mundo distintas: uma baseada na exploração da mão-de-obra e outra baseada no senso de coletividade para buscar melhorias.

O mutualismo e a vasta rede associativa formada pelos trabalhadores, em Campinas, evidenciam a importância dessa experiência na mobilização dos trabalhadores e na familiarização dos trabalhadores com os rituais administrativos e burocráticos, permitindo que reutilizassem esses recursos no contato com o patronato e com o governo. O modelo administrativo do fundo social, adotado pelas associações operárias mutualistas “humanitárias” para garantir o pagamento dos auxílios, foi importante para criar, entre os trabalhadores, uma noção de justiça social, que condenava toda prática exploratória que impedisse a sobrevivência das pessoas. Por fim, os símbolos (diplomas, estandarte, sede), os rituais e a participação, em eventos sociais, procuravam criar representações que dignificassem os associados, evidenciando suas habilidades e suas capacidades para exercer a cidadania.

## Anexo

Tabela 1

<b>Associações mutualistas, recreativas e outras fundadas por grupos autônomos (operários, negros, italianos, portugueses e espanhóis)</b>
Associação dos Barbeiros (1923)
Associação Campineira dos Homens de Cor (1923)
Associação dos Empregados no Comércio de Campinas (1907)
Associação Humanitária Operária Campineira (1916)
Associação Operária 1º de Maio
Associação Protetora dos Brasileiros Pretos (1918)
Associação Protetora da Classe Operária
Banda Garibaldi
Centro Cívico dos Homens de Cor (1922)
Centro Cívico Palmares (1926)
Centro Monárquico Português (1911)
Centro Político Operário Independente
Centro Português 5 de Outubro
Centro Recreativo Dramático Familiar 13 de Maio (1909)
Centro Recreativo Familiar Vila Industrial
Círculo Italiani Uniti
Club Carnavalesco Fenianos
Club Concórdia
Club Italiano
Club Operário Campineiro de Caça (1912)
Club Recreativo 28 de Setembro (1916)
Club 24 de Fevereiro (1910)
Colégio São Benedito
Federação Paulista dos Homens de Cor (1903)
Filhos do Progresso (1910)
Grêmio Dramático Luiz Gama (1919)
Grêmio Recreativo Dançante Estrela Celeste (1916)
Grêmio Recreativo Dançante Familiar José do Patrocínio (1917)
Ideal Club
Liga Humanitária dos Homens de Cor (1915)
Liga Operária de Campinas
Liga Protetora dos Homens de Cor (1917)
Sociedade Amiga dos Pobres (1903)
Sociedade Artística Beneficente
Sociedade de Auxílio Mútuos Isabel, a Redentora (1898)
Sociedade Beneficente dos Barbeiros (1906)
Sociedade Beneficente União dos Padeiros
Sociedade Campineira dos Homens de Cor (1922)
Sociedade Dançante Familiar União da Juventude (1901)
Sociedade Dançante Recreativa da Ponte Preta
Sociedade Espanhola de Socorros Mútuos e Instrução
Sociedade Grêmio Luis de Camões (1880)
Sociedade Humanitária Operária (1898)
Sociedade Lusa Beneficente Artística Operária
Sociedade Portuguesa de Beneficência em Campinas

<b>Sociedade Portuguesa de Socorros Mútuos (1904)</b>
<b>Sociedade Protetora dos Condutores de Veículos</b>
<b>Sociedade Recreativa Familiar 15 de Novembro</b>
<b>Sociedade Recreativa Ítalo-brasileira (1913)</b>
<b>Sociedade de Socorros Mútuos Protetora da Classe Operária</b>
<b>Sociedade União Cívica dos Homens de Cor (1915)</b>
<b>Sociedade União dos Motoristas de Campinas (1923)</b>
<b>União dos Trabalhadores Gráficos de Campinas</b>

Fonte: Arquivo Histórico do Centro de Memória da Unicamp, Arquivo Edgard Leuenroth, Arquivo Histórico da Sociedade Luis de Camões, Arquivo Histórico da Liga Humanitária dos Homens de Cor e Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Campinas.

Tabela 2

<b>Associações mutualistas, recreativas e outras fundadas por empresas</b>
<b>Associação Beneficente Dr Salles de Oliveira (1893)</b>
<b>Associação Cooperativa Operária (1894)</b>
<b>Centro Beneficente dos Empregados em Locomotivas da Companhia Paulista (1901)</b>
<b>Cooperativa Edificadora Beneficente iniciada por empregados da Companhia Mogiana (1910)</b>
<b>Club Mac-Hardy</b>
<b>Monte-pio Mogiana dos Empregados das Locomotivas</b>

Fonte: Arquivo Histórico do Centro de Memória da Unicamp, Arquivo Edgard Leuenroth, Arquivo Histórico da Sociedade Luis de Camões, Arquivo Histórico da Liga Humanitária dos Homens de Cor e Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Campinas.

Tabela 3

<b>Associações mutualistas, recreativas e outras fundadas pela Igreja Católica</b>
<b>Associação São Vicente de Paulo</b>
<b>Centro Operário São José (1907)</b>
<b>Sociedade Beneficente São Batista</b>

Fonte: Arquivo Histórico do Centro de Memória da Unicamp, Arquivo Edgard Leuenroth, Arquivo Histórico da Sociedade Luis de Camões, Arquivo Histórico da Liga Humanitária dos Homens de Cor e Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Campinas.